

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Departamento de Administração Pública		
Disciplina: Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos		Código: 52LICIT
Carga horária: 72 horas	Período letivo: 2020-2	Termo: 5º noturno
Professora: Denise Pinheiro		
Contato: denise.pinheiro@udesc.br		

II. EMENTA

A decisão de contratar: benefícios, custos, assimetria de informação. O Estado como principal. O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contrato para prestação de serviços públicos: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão. Processo de contratação: adjudicação, assinatura do contrato. Execução do contrato. O gestor de contrato. Acompanhamento e controle do contrato. Avaliação dos resultados e dos impactos.

III. OBJETIVOS

3.1 - Objetivo geral

Estudar as boas práticas e os elementos jurídicos que envolvem as licitações e contratos da Administração Pública.

3.2 - Objetivos específicos

- Analisar o processo de licitação no Brasil;
- Discutir as diferentes formas de contratação disponíveis ao administrador público;
- Estudar o processo de contratação no Brasil;
- Analisar o papel do administrador no controle e na gestão de contratos.
- Analisar as principais irregularidades em licitações e contratos.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Licitação: Aspectos introdutórios. Processo de aquisições públicas. Decisão de contratar. Conceito, finalidade e objeto. Princípios. Desenvolvimento Nacional Sustentável.

Unidade II – Modalidades e tipos de licitação. Lei. 8.666/93.

Unidade III – Fases da licitação. Lei n. 8.666/93.

Unidade IV – Contratação Direta. Lei n. 8.666/93.

Unidade V – Pregão presencial e eletrônico. Lei n. 10.520/02.

Unidade VI – Anulação e revogação da licitação.

Unidade VII – Sistema de Registro de Preços

Unidade VIII – Contratos Administrativos: Aspectos introdutórios. Conceito e processo de contratação. Objeto e características. Prerrogativas de direito público da Administração (cláusulas exorbitantes). Prazos. Responsabilidades - gestão, acompanhamento e controle. Extinção do contrato - avaliação dos resultados e dos impactos. Teoria da Imprevisão.

Unidade IX - Regime Diferenciado de Contratação Pública – RDC. Lei n. 12.642/11.

VI – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Considerando o calendário da UDESC definido pela Resolução n. 016/2020 da CEG, em complemento a Resolução n. 050/2020 do CONSUNI, as aulas da disciplina serão assim organizadas:

Aulas síncronas (50%) – todas as segundas-feiras (segundo o calendário acadêmico para o semestre de 2020-2), de 1850h às 2030h.

Aulas assíncronas (50%) – leituras, atividades, vídeos, previamente enviados, totalizando a carga horária da disciplina. Nas aulas assíncronas, as datas e os horários são livres, conforme autonomia de cada estudante, mas, recomenda-se, fortemente, que os vídeos disponibilizados sejam vistos e as atividades propostas sejam realizadas, prioritariamente, antes das aulas síncronas, para melhor aproveitamento do conteúdo.

OBS: As aulas síncronas serão direcionadas, primordialmente, para a solução de dúvidas e discussões.

VI. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência. Realização de exercícios, de vídeos e debates sobre temas de maior interesse a partir de textos, estudos de caso e filmes previamente indicados.

As aulas síncronas serão realizadas por intermédio da ferramenta BBB, disponível no moodle, e serão direcionadas, primordialmente, para a solução de dúvidas, debates e correção de exercícios.

As aulas assíncronas serão realizadas por intermédio do moodle e também do polvo, mediante leituras, exercícios, vídeos, filmes, podcast, etc.

VII. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

N1 - 30% - esquema/mapa mental – individual - Unidades I, II, III e IV.

N2 - 30% - esquema/mapa mental – individual - (unidades a serem confirmadas, conforme o andamento do semestre)

N3 - 40% - vídeo (pode ser individual/dupla/trio)

1. Resultado obtido nos esquemas/mapa mental (N1 e N2). Notas de 0 (zero) a 10 (dez), cada

uma delas representando 30% da nota final. Os esquemas devem ser manuscritos (1 folha - frente e verso - para cada uma das unidades) para que a autoria e a individualidade sejam confirmadas. No caso de se optar por mapa mental, é possível o uso de programas para que sejam desenvolvidos, mas cópias não serão admitidas, sendo, neste caso, atribuída nota zero ao documento entregue. Importante: toda aula/vídeo/texto indicado como obrigatório no tópico do moodle da Unidade deve ser apresentado e indicado no esquema. O título do arquivo deve ser: Nome Estudante – Unidade.

2. Resultado obtido em vídeo - N3 (peso 40%) – Vídeo preparado antecipadamente, sobre tema específico, a ser escolhido pelo acadêmico, com tempo entre 5 e 8 minutos (o tempo inferior/superior implicará desconto na nota). O tema da apresentação deve ser relativo ao Direito Administrativo, porém deve conter elementos ainda não ministrados no decorrer do semestre. Será atribuída uma nota pelo conteúdo e apresentação, considerando-se, para tanto, o domínio do conteúdo (análise jurídica contextualizada à realidade da Administração Pública), recursos didáticos/visuais/sonoros e clareza da explanação, obtendo-se, posteriormente, a média para esta avaliação.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

VIII. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

Legislação brasileira disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

FENILI, Renato. **Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas**. Niterói: Impetus, 2016 174 p.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/ Lei 8.666/1993**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 1277 p.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico**. 6. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 774 p. (Coleção Jacoby de Direito Público ; 7).

SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa; CHRISPIM, Anna Carla Duarte. **Termo de referência: o impacto da especificação do objeto e do termo de referencia na eficácia das licitações e contratos**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016 200 p.

COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente,. **Direito administrativo descomplicado**. 27. ed. São Paulo: Método, 2018. 1230 p.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016 1151 p.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos: orientações básicas**. Tribunal de Contas da União. – 4. ed, rev. atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2010. (disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057620.PDF>)

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. lii, 1346 p.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Contratação direta sem licitação**: dispensa de licitação : inexigibilidade de licitação : comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão : procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 9. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 794 p. (Coleção Jacoby de direito público; v. 6).

FREITAS, Thiago Pereira de. **Sustentabilidade e as contratações públicas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. 178 p.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/ Lei 8.666/1993**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 1277 p.

_____. **Pregão (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico)**. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Dialética, 2009.

MARQUES, Mauro Campbell (Coord.). **Improbidade administrativa**: temas atuais e controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, 2016 379 p.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e inexigibilidade de licitação pública**. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2008. 334 p. (Fórum Menezes Niebuhr).

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Pregão presencial e eletrônico**. 7. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015 416 p. (Coleção Fórum Menezes Niebuhr).

NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. **Licitações e contratos das estatais**. Belo Horizonte: Fórum, 2018 325 p.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SCHRAMM, Fernanda Santos. **Compliance nas contratações públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 363 p.

ZIMMER, JÚNIOR. Aloíso. **Corrupção e improbidade administrativa**: cenários de risco e a responsabilização dos agentes públicos municipais. São Paulo: Thomson Reuters, 2018. 592 p.